

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

(Processo Administrativo nº 1.156/2026)

Torna-se público que o Município de Patrocínio Paulista, estado de São Paulo, por meio do Departamento de Licitações, com sede à Praça Nossa Senhora do Patrocínio, nº 1168, Centro, Patrocínio Paulista/SP, através da Pregoeira designada pela Portaria nº 2.622/2026 de 27 de maio de 2026 realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 3.642/23 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital para:

CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO E PROCESSAMENTO DE RESULTADOS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E CONCURSO PÚBLICO.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO E PROCESSAMENTO DE RESULTADOS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E CONCURSO PÚBLICO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será de em 01 (um) lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O Pregão Eletrônico terá início, em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, observando as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Recebimento das propostas e documentos de habilitação: **até às 08:30 horas do dia 13 de julho de 2026.**

Abertura das propostas: **às 08:40 horas do dia 13 de julho de 2026.**

Início da disputa de preços: **às 09:00 horas do dia 13 de julho de 2026.**

E-MAIL DE COMUNICAÇÃO: copel@patrociniopaulista.sp.gov.br,

TELEFONE: (16) 3145-9910

ENDEREÇO ELETRÔNICO DO CERTAME: www.licitanet.com.br

SITE INSTITUCIONAL: www.patrociniopaulista.sp.gov.br

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que:

- a) Possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta contratação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.
- b) Estejam previamente credenciadas no Portal Licitanet: <http://www.licitanet.com.br>.
- c) O licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, bem como com a descrição técnica constante do Anexo I do presente edital.
- d) A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)
- 2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no item 7.10.1 deste Edital.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do lote;

4.1.2 Marca; (só para os industrializados ou processados)

4.1.3 Fabricante; (só para os industrializados ou processados)

4.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos cotado nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou, Tribunal de contas da União, quando se tratar de recursos federais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12 Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 Contiver vícios insanáveis;

6.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7. No caso de bens e DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e,

para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada observando-se a apresentação dos documentos por ele exigidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus documentos e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, desde que essas certidões tenham validade legal. A consulta do pregoeiro não dispensa a apresentação das certidões exigidas pela empresa provisoriamente vencedora, já que se trata de condição de habilitação para a disputa.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **(2 duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.11. A verificação da documentação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

I - JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistirá em:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) No caso de MEI, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e cópia de documento oficial com foto do microempreendedor.

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando -se de sociedades empresárias;
- e) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando -se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Certidão ou ficha cadastral da Junta Comercial, da sede da licitante, comprovando a qualidade de ME, EPP ou MEI. (Esse documento é obrigatório apenas para ME/EPP/MEI).

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal, referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, não havendo necessidade de apresentação de Certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal (mobiliária) referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, que deverão ser comprovadas através da apresentação de Certidões expedidas, respectivamente, pela Secretaria da Fazenda do Estado e pela Prefeitura Municipal do domicílio do licitante.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal Nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

III - As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

IV- A licitante devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e/ou trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

V- O prazo para regularização fiscal e/ou trabalhista será contado a partir da adjudicação objeto da licitação ao licitante vencedor e homologação o procedimento licitatório.

VI - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

VII - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

- a) Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor (es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.
- b) No caso de empresa em recuperação judicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital
- c) No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

VIII – OUTRAS COMPROVAÇÕES:

Declaração de que não emprega menores de 18 anos (ANEXO II);

Declaração de que não é considerada inidônea. (ANEXO III);

Declaração de ME/EPP (ANEXO V);

Declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação. (ANEXO VI);

Declaração de autenticidade (ANEXO VII).

7.19 DISPOSIÇÕES GERAIS

7.19.1 Constituem motivos para inabilitação do licitante:

- a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.

- b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido; (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06)
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.
- e) Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o (a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.19.2 Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei, e na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

17.9.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse

mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma <http://www.licitanet.com.br>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

- 9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. Advertência;
- 9.2.2. Multa;
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de até 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, sem prejuízo das demais penalidades previstas.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.9. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções impostas, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão

recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 2 (dois) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, na plataforma <http://www.licitanet.com.br>

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.patrociniopaulista.sp.gov.br>
<http://www.licitanet.com.br>

11.11. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos da lei orçamentária anual a ser executada no exercício de 2025, na seguinte dotação orçamentária:

02.02.01 – Departamento Administrativo

04.122.0004.2032.0000 – Manutenção da Gestão Pública e Planejamento

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

110.000

Ficha nº 36

12. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado até o 20º (vigésimo) dia útil, do mês subsequente a prestação do serviço, após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser enviada para o e-mail recebimento@patrociniopaulista.sp.gov.br, devidamente validado pela gestora do contrato, a senhora **Andréia Aparecida Pimenta, Chefe de Gestão de Pessoas**. Juntamente com a nota fiscal a Contratada deverá apresentar ainda planilha assinada pelo fiscal do contrato, o senhor **Eduardo Silva Bedo, Assessor de Recursos Humanos**, na qual fique comprovada a execução do serviço prestado, e ainda, prova de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, dessa forma, demonstrando estar mantendo as condições de habilitação, e o cumprimento da legislação de regência, conforme declaração apresentada no certame. A nota fiscal deve conter na sua descrição o número do contrato, do processo licitatório e da conta bancária, sob pena de não recebimento da nota na ausência de quaisquer dessas informações. Nesta hipótese, caso necessária a modificação do documento fiscal, eventuais despesas decorrentes desta substituição serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

13 DA CONTRATAÇÃO

13.1. O proponente vencedor deverá aceitar/assinar o Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou assinar o Contrato dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do comunicado do resultado deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será publicado no **Diário Oficial do Município de Patrocínio Paulista**, Estado de São Paulo.

13.1.1. O prazo concedido para assinatura/aceitação do Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou formalização do Contrato, poderá ser **prorrogado uma única vez**, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que motivo justificado e aceito pela Administração.

13.1.2. Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no item 13.1. e/ou 13.1.1, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO PAULISTA aplicará multa de 10% (dez por cento) do valor do ajuste, sem prejuízo das demais cominações previstas em lei.

13.1.3. Implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação:

- a) Quando o convocado não assinar ou não aceitar o termo de contrato ou o pedido de compra no prazo e condições referenciados neste edital.
- b) Quando as microempresas e empresas de pequeno porte não regularizarem a documentação, no prazo legalmente previsto.

14. VIGÊNCIA

14.1 Este contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde comprovada a conveniência.

15 CRONOGRAMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. A execução dos serviços ocorrerá durante a vigência contratual de 12 meses, conforme cronograma aprovado pela Administração.

5.2. Os serviços de planejamento, elaboração de editais, inscrições, processamento, análise de recursos e emissão de resultados poderão ser executados na sede da contratada ou por meio eletrônico, desde que garantido o acesso da Administração às informações necessárias.

5.3. As provas deverão ser aplicadas preferencialmente no Município de Patrocínio Paulista/SP, em locais indicados ou aprovados pela Prefeitura Municipal, observadas as condições de acessibilidade, segurança, capacidade de acomodação e logística.

5.4. A entrega dos produtos deverá ocorrer conforme cronograma, compreendendo, no mínimo:

- a) minuta do edital de abertura;
- b) cronograma oficial;
- c) relatórios de inscrições;
- d) listas de candidatos inscritos;
- e) provas e gabaritos;
- f) gabarito preliminar;
- g) relatório de recursos;
- h) resultado preliminar;
- i) gabarito definitivo;
- j) resultado final;
- k) relatório final e banco de dados.

5.5. O cronograma definitivo será aprovado pela Administração antes da publicação do edital de abertura, podendo ser ajustado por motivo justificado, desde que preservados a publicidade, a isonomia e os prazos mínimos de recurso e divulgação.

16 INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- 16.1 ANEXO I - Termo de Referência
- 16.1.1 ANEXO II – Declaração de que não emprega menores de 18 anos
- 16.1.2 ANEXO III – Declaração de que não é considerada inidônea
- 16.1.3 ANEXO IV – Minuta da Proposta
- 16.1.4 ANEXO V- Declaração de ME/EPP
- 16.1.5 ANEXO VI- Declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação
- 16.1.6 ANEXO VII - Declaração de autenticidade
- 16.1.7 ANEXO VIII - Minuta do contrato
- 16.1.8 ANEXO IX – Termo de ciência e de notificação

Patrocínio Paulista/SP, 22 de junho de 2026.

Tais Maria Hellu

Secretária Municipal de Gestão Pública e Planejamento

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO E PROCESSAMENTO DE RESULTADOS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E CONCURSO PÚBLICO.**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de instituição especializada na prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, execução, operacionalização, aplicação, correção e processamento de resultados de Processo Seletivo Público e Concurso Público, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista/SP, compreendendo todas as fases necessárias à realização dos certames.

1.2. A contratação compreenderá, no mínimo, os serviços de planejamento técnico, elaboração de editais e comunicados, organização das inscrições, análise de pedidos de atendimento especial e de candidatos com deficiência, elaboração de provas, diagramação, impressão, acondicionamento, transporte, aplicação, fiscalização, correção, divulgação de gabaritos, recebimento e julgamento de recursos, emissão de resultados preliminares e finais, relatórios, banco de dados dos candidatos, apoio técnico à Comissão Organizadora e demais atos necessários à regular execução dos certames.

1.3. A contratação deverá contemplar dois itens, conforme abaixo:

ITEM 1.1 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Contratação de instituição especializada para organização, execução e operacionalização de Processo Seletivo Público destinado ao atendimento de demandas temporárias, emergenciais ou de excepcional interesse público da Administração Municipal, conforme legislação aplicável e cargos indicados neste Termo de Referência.

ITEM 1.2 – CONCURSO PÚBLICO

Contratação de instituição especializada para organização, execução e operacionalização de Concurso Público destinado à formação de cadastro reserva para provimento de cargos públicos efetivos da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista/SP, conforme cargos indicados neste Termo de Referência.

1.4. As atribuições, cargas horárias, requisitos de escolaridade e demais condições funcionais dos cargos constam do Anexo I, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de realização de Processo Seletivo Público e Concurso Público para atendimento das demandas de pessoal da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista/SP, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos municipais nas áreas administrativa, educacional, operacional, saúde, obras, saneamento, assistência social, fiscalização, controle interno e demais setores da Administração.

2.2. O ingresso em cargo ou emprego público deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como a regra do art. 37, inciso II, segundo a qual a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. A exigência constitucional tem por finalidade assegurar igualdade de oportunidades, seleção objetiva, mérito, transparência e impessoalidade na escolha dos candidatos.

2.3. No caso do Processo Seletivo Público, a contratação atende à necessidade de formação de cadastro ou seleção de profissionais para atendimento de demandas temporárias, transitórias, emergenciais ou de excepcional interesse público, conforme legislação municipal aplicável e necessidades dos serviços públicos.

2.4. O objeto possui elevada complexidade técnica, pois envolve planejamento jurídico-administrativo, elaboração de editais, definição de conteúdo programáticos, elaboração sigilosa de provas, logística de aplicação, análise de inscrições, atendimento a candidatos com deficiência, proteção de dados pessoais, julgamento de recursos, processamento de resultados e guarda documental. Tais atividades exigem instituição especializada, com capacidade técnica, equipe multidisciplinar, estrutura tecnológica, sistema próprio de inscrições e experiência na condução de certames públicos.

2.5. A contratação de instituição especializada reduz riscos administrativos, jurídicos e

operacionais, conferindo maior segurança ao certame, especialmente quanto à isonomia entre candidatos, sigilo das provas, rastreabilidade das etapas, observância dos prazos, resposta fundamentada a recursos e adequada documentação dos atos.

2.6. A Lei Federal nº 14.133/2021 exige planejamento, motivação, transparência, segregação de funções, eficiência, economicidade e seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração. O Termo de Referência é instrumento essencial de planejamento da contratação, devendo conter a definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos, modelo de execução, gestão contratual, critérios de medição e pagamento e demais elementos necessários à adequada execução.

2.7. A realização dos certames também atende ao princípio da continuidade do serviço público, evitando desestruturação de setores essenciais e permitindo que a Administração disponha de cadastro de candidatos habilitados para eventual convocação, sempre condicionada à existência de vagas, interesse público, disponibilidade orçamentária, limites legais e ordem de classificação.

2.8. A contratação deverá observar a Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 5º, 37, caput, incisos I, II, VIII e XXI, e art. 169; a Lei Federal nº 14.133/2021; a Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; a legislação municipal pertinente aos cargos, empregos, funções públicas, contratações temporárias e quadro de pessoal; as normas de acessibilidade e inclusão aplicáveis; e os entendimentos dos órgãos de controle quanto à necessidade de planejamento, publicidade, impessoalidade, julgamento objetivo e lisura dos certames.

2.9. A proposta anexa apresenta escopo compatível com o objeto pretendido, contemplando elaboração de editais, divulgação, inscrições pela internet, cadastramento, elaboração de provas, impressão, empacotamento, transporte, aplicação, correção, gabaritos, recursos, classificação final, apoio em demandas judiciais, equipe técnica e estrutura operacional.

2.10. A contratação não poderá transferir à contratada, decisões de mérito administrativo próprias da Prefeitura, tais como criação de cargos, autorização de vagas, nomeação, contratação, convocação final, posse, admissão ou definição de política de pessoal. Caberá à contratada a execução técnica e operacional dos certames, permanecendo com a Administração a competência decisória e fiscalizatória.

3. DA ESPECIFICAÇÃO

3.1. Os serviços deverão ser prestados de forma técnica, imparcial, sigilosa, segura e transparente, abrangendo a execução integral dos certames indicados no Lote 01.

Lote 01			
Item	Descritivo	Quantidade	Unidade
1.1	Processo Seletivo Público	01	Serviço
1.2	Concurso Público — Cadastro Reserva	01	Serviço

*** HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE O DESCRITIVO CONSTANTE DESTE EDITAL E O CONSTANTE NO PORTAL LICITANET, PREVALECERÁ O CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.**

3.2. ITEM 1.1. – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Processo Seletivo Público abrangerá os seguintes cargos/funções:

Item 1.1 - Processo Seletivo Público	
Cargo	Requisito Mínimo
Ajudante de Obras e Serviços	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Educação Infantil	Nível Superior em Pedagogia
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
Cozinheira	Ensino Médio Completo
Dentista ESF	Nível Superior e registro no CRO
Encanador	Ensino Fundamental
Inspetor de Alunos	Ensino Médio Completo
Motorista	Ensino Médio Completo, CNH categoria D ou superior, Curso de Transporte Coletivo, Transporte Escolar e Veículo de Emergência
Operador da ETA/ETE	Curso Técnico Completo em Química e registro no CRQ
Operador de Maquinas	Ensino Médio Completo, CNH categoria D ou superior e Curso Completo de Operador de Maquinas
Pedreiro	Ensino Fundamental
Químico	Superior Completo em Química ou Engenharia Química

	e registro no CRQ
Técnico de Higiene Bucal	Ensino Técnico Completo e registro no CRO
Terapeuta Ocupacional	Superior Completo em Terapia Ocupacional e registro no CREFITO

incluindo funções operacionais, administrativas, educacionais, técnicas, de saúde, saneamento, obras e assistência social.

3.3. ITEM 1.2 – CONCURSO PÚBLICO — CADASTRO RESERVA

O Concurso Público abrangerá os seguintes cargos:

Item 1.2 – Concurso Público – Cadastro Reserva	
Cargo	Requisito Mínimo
Ajudante de Obras e Serviços	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Completo
Cirurgião Dentista	Ensino Superior Completo e registro no CRO
Coveiro	Ensino Fundamental
Cozinheira	Ensino Médio Completo
Auditor de Controle Interno	Nível Superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia, reconhecido pelo MEC
Dentista ESF	Nível Superior e registro no CRO
Fiscal de Posturas	Nível Superior em qualquer área, reconhecido pelo MEC, e CNH categoria mínima B
Inspetor de Alunos	Ensino Médio Completo
Médico ESF	Superior Completo em Medicina e registro no CRM
Médico Pediatra	Superior Completo em Medicina, residência na área e registro no CRM
Motorista	Ensino Médio Completo, CNH categoria D ou superior, Curso de Transporte Coletivo, Transporte Escolar e Veículo de Emergência
Operador de Máquinas	Ensino Médio Completo, CNH categoria D e Curso Completo de Operador de Máquinas
Pedreiro	Ensino Fundamental

Técnico em Higiene Bucal	Ensino Técnico Completo e registro no CRO
--------------------------	---

3.4. O Concurso Público será destinado à formação de cadastro reserva, observada a legislação municipal aplicável, a disponibilidade orçamentária, a necessidade administrativa, a validade do certame e a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

3.5. A contratada deverá observar integralmente as atribuições, cargas horárias, requisitos, escolaridade, registros em conselhos profissionais e demais condições estabelecidas pela Prefeitura Municipal, conforme Anexo I, não podendo alterar requisitos de ingresso, carga horária ou atribuições sem autorização formal da Administração.

3.6. Os certames deverão observar, no mínimo:

- a) elaboração de edital de abertura;
- b) cronograma de execução;
- c) sistema eletrônico de inscrições;
- d) emissão de boletos ou meio equivalente, se houver taxa de inscrição;
- e) análise de pedidos de isenção, quando previstos em edital;
- f) análise de inscrições de pessoas com deficiência;
- g) análise de solicitações de condições especiais;
- h) elaboração de provas objetivas, práticas, títulos ou outras etapas, quando cabíveis;
- i) impressão, guarda, transporte e aplicação das provas;
- j) correção eletrônica ou manual, conforme o caso;
- k) divulgação de gabaritos;
- l) recebimento, análise e julgamento de recursos;
- m) publicação dos resultados;
- n) emissão de relatório final;
- o) disponibilização de banco de dados dos candidatos;
- p) suporte técnico à Prefeitura, inclusive em eventuais impugnações, recursos administrativos, recomendações de órgãos de controle ou demandas judiciais relacionadas aos certames.

OBS.: A taxa de inscrição arrecadada com a realização do concurso público e/ou processo seletivo será integralmente revertida à Administração Pública. O saldo financeiro resultante da arrecadação, após a dedução das despesas diretamente vinculadas à execução do certame, será destinado ao ente público contratante, que poderá utilizá-lo de acordo com sua conveniência e oportunidade, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Ressalta-se que a empresa contratada não terá direito à apropriação ou retenção de qualquer parcela da receita proveniente das

inscrições, cabendo-lhe apenas a execução dos serviços contratados nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A contratada deverá executar os serviços com observância das normas legais, editalícias, técnicas e administrativas aplicáveis, garantindo a lisura, a segurança, a impessoalidade, a transparência e a ampla competitividade dos certames.

4.2. A execução dos serviços deverá compreender, no mínimo, as seguintes etapas:

4.2.1. Planejamento inicial

- a) reunião inicial com a Administração e Comissão Organizadora;
- b) conferência dos cargos, requisitos, atribuições, cargas horárias, vencimentos, quantidade de vagas ou cadastro reserva;
- c) elaboração de cronograma;
- d) definição das etapas dos certames;
- e) definição do conteúdo programático;
- f) definição das formas de avaliação;
- g) indicação de equipe técnica responsável;
- h) elaboração de matriz de responsabilidades entre contratada e contratante.

4.2.2. Elaboração de editais e atos oficiais:

- a) elaboração da minuta do edital de abertura;
- b) elaboração de avisos, comunicados, convocações, editais de homologação de inscrições, gabaritos, resultados preliminares, resultados finais e demais atos;
- c) adequação das minutas às normas municipais e às deliberações da Administração;
- d) apoio técnico à Comissão Organizadora;
- e) correção de inconsistências formais antes da publicação.

4.2.2.1. A publicação oficial dos atos poderá ficar a cargo da Prefeitura Municipal, cabendo à contratada disponibilizar os documentos em formato adequado e em tempo hábil.

4.2.3. Sistema de inscrições

- a) disponibilização de sistema eletrônico próprio para inscrições;
- b) cadastro dos candidatos;

- c) geração de comprovantes;
- d) controle de pagamentos, quando houver taxa;
- e) emissão de relatórios de inscritos por cargo;
- f) atendimento eletrônico aos candidatos;
- g) análise de pedidos de atendimento especial;
- h) análise de candidatos inscritos como pessoa com deficiência;
- i) controle de isenções, se previstas no edital;
- j) disponibilização de área para recursos administrativos.

4.2.3.1. O sistema deverá observar padrões mínimos de segurança da informação, disponibilidade, integridade, rastreabilidade e proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.

4.2.4. Elaboração das provas

- a) elaboração de questões por banca técnica especializada;
- b) compatibilidade das questões com o nível de escolaridade, atribuições e requisitos dos cargos;
- c) observância dos conteúdos programáticos aprovados;
- d) revisão técnica, gramatical e pedagógica;
- e) elaboração de gabaritos oficiais;
- f) elaboração de provas especiais, ampliadas ou adaptadas, quando necessário;
- g) sigilo absoluto de todo o conteúdo.

4.2.4.1. As provas deverão avaliar conhecimentos compatíveis com a natureza dos cargos, privilegiando raciocínio, compreensão, aplicação prática e domínio mínimo das competências exigidas, evitando questões meramente decorativas, ambíguas, desatualizadas ou desconectadas das atribuições.

4.2.5. Impressão, guarda, empacotamento e transporte

- a) impressão das provas em ambiente seguro;
- b) conferência quantitativa;
- c) empacotamento por cargo, sala e local de aplicação;
- d) lacração dos malotes;
- e) identificação dos pacotes;
- f) transporte seguro até os locais de aplicação;

- g) recolhimento e retorno seguro dos materiais;
- h) guarda dos documentos.

4.2.5.1. A contratada será integralmente responsável pelo sigilo das provas e demais materiais de avaliação, devendo adotar mecanismos de segurança compatíveis com a relevância do certame.

4.2.6. Aplicação das provas

- a) preparação dos locais de prova indicados pela Prefeitura;
- b) organização de salas;
- c) disponibilização de coordenadores, fiscais, aplicadores e equipe de apoio;
- d) treinamento das equipes;
- e) controle de entrada e identificação dos candidatos;
- f) aplicação das provas conforme edital;
- g) registro de ocorrências;
- h) atendimento a candidatos com deficiência ou condição especial deferida;
- i) recolhimento dos cadernos, cartões-resposta e listas de presença;
- j) elaboração de atas de aplicação.

4.2.6.1. Os locais de aplicação serão preferencialmente situados no Município de Patrocínio Paulista/SP, podendo ser utilizados outros locais, se necessário, mediante justificativa e autorização da Administração.

4.2.7. Provas práticas, títulos ou etapas complementares

4.2.7.1. Quando previstas no edital, a contratada deverá organizar e executar provas práticas, avaliação de títulos, teste de aptidão ou outras fases, observando critérios objetivos, previamente divulgados, compatíveis com as atribuições do cargo.

4.2.7.2. Para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas, caso a Administração entenda necessária prova prática, deverão ser definidos critérios objetivos de avaliação, pontuação, equipamentos, veículos, máquinas, locais, segurança, EPIs e composição da banca avaliadora.

4.2.8. Correção, gabaritos e resultados

- a) correção das provas objetivas por leitura óptica, processamento de imagem ou outro método seguro;

- b) apuração das notas;
- c) aplicação dos critérios de desempate;
- d) elaboração de gabarito preliminar;
- e) elaboração de resultado preliminar;
- f) julgamento dos recursos;
- g) emissão de gabarito definitivo;
- h) emissão de classificação final;
- i) fornecimento do banco de dados final à Administração.

4.2.9. Recursos administrativos

- a) disponibilização de sistema eletrônico para interposição de recursos;
- b) recebimento dos recursos no prazo previsto em edital;
- c) análise técnica por banca competente;
- d) emissão de respostas fundamentadas;
- e) retificação de gabaritos ou resultados quando cabível;
- f) disponibilização de relatórios à Administração.

4.2.9.1. As respostas aos recursos deverão ser claras, técnicas, fundamentadas e individualizadas.

4.2.10. Encerramento e entrega final

- a) relatório final do certame;
- b) lista final de classificação;
- c) listas específicas de pessoas com deficiência, quando houver;
- d) banco de dados dos candidatos;
- e) arquivos dos atos publicados;
- f) atas, relatórios de ocorrência e demais documentos;
- g) mídia digital ou acesso eletrônico para consulta;
- h) subsídios técnicos para homologação.

5. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. A execução dos serviços ocorrerá durante a vigência contratual de 12 meses, conforme cronograma aprovado pela Administração.

5.2. Os serviços de planejamento, elaboração de editais, inscrições, processamento, análise de recursos e emissão de resultados poderão ser executados na sede da contratada ou por

meio eletrônico, desde que garantido o acesso da Administração às informações necessárias.

5.3. As provas deverão ser aplicadas preferencialmente no Município de Patrocínio Paulista/SP, em locais indicados ou aprovados pela Prefeitura Municipal, observadas as condições de acessibilidade, segurança, capacidade de acomodação e logística.

5.4. A entrega dos produtos deverá ocorrer conforme cronograma, compreendendo, no mínimo:

- a) minuta do edital de abertura;
- b) cronograma oficial;
- c) relatórios de inscrições;
- d) listas de candidatos inscritos;
- e) provas e gabaritos;
- f) gabarito preliminar;
- g) relatório de recursos;
- h) resultado preliminar;
- i) gabarito definitivo;
- j) resultado final;
- k) relatório final e banco de dados.

5.5. O cronograma definitivo será aprovado pela Administração antes da publicação do edital de abertura, podendo ser ajustado por motivo justificado, desde que preservados a publicidade, a isonomia e os prazos mínimos de recurso e divulgação.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. Os serviços serão recebidos em etapas, conforme a execução de cada fase do certame.

6.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante entrega dos produtos correspondentes a cada fase, para conferência pelo gestor, fiscal do contrato e Comissão Organizadora.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação de conformidade técnica, administrativa e documental, especialmente quanto à regularidade das publicações, cumprimento do cronograma, entrega dos relatórios, processamento dos resultados e atendimento às exigências editalícias.

6.4. A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, produto ou serviço executado em desacordo com este Termo de Referência, com o edital, com o contrato ou com as normas aplicáveis.

6.5. A contratada deverá corrigir, sem ônus adicional, inconsistências, falhas, omissões, erros materiais, divergências de listas, problemas de processamento ou inadequações constatadas pela Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1. Serão aceitos os serviços que atendam integralmente às especificações deste Termo de Referência, ao edital, ao contrato e à legislação aplicável.

7.2. Constituem critérios mínimos de aceitação:

- a) edital elaborado conforme legislação e normas municipais;
- b) sistema de inscrições funcional e seguro;
- c) provas compatíveis com os cargos, escolaridade e atribuições;
- d) preservação do sigilo das provas;
- e) aplicação das provas nos locais e horários previstos;
- f) atendimento às pessoas com deficiência e condições especiais deferidas;
- g) correção objetiva e rastreável;
- h) divulgação tempestiva dos gabaritos e resultados;
- i) julgamento fundamentado dos recursos;
- j) entrega de relatório final e banco de dados;
- k) inexistência de falhas graves que comprometam a lisura, a isonomia ou a validade do certame.

7.3. Não serão aceitos serviços que apresentem:

- a) quebra de sigilo de provas;
- b) questões incompatíveis com o conteúdo programático;
- c) ausência de fundamentação em recursos;
- d) falhas de identificação dos candidatos;
- e) inconsistência relevante na classificação;
- f) descumprimento injustificado do cronograma;
- g) ausência de documentação de suporte;
- h) violação às regras de proteção de dados;
- i) prejuízo à isonomia entre candidatos.

7.4. Em caso de anulação de etapa por culpa exclusiva da contratada, esta deverá repetir o ato, sem ônus adicional à Administração, arcando com todos os custos necessários à correção da falha.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado até o vigésimo dia do mês subsequente à emissão da nota fiscal, desde que devidamente atestada a execução dos serviços pelo gestor e fiscal do contrato.

8.2. O pagamento ficará condicionado à apresentação de nota fiscal regular, comprovação da execução da etapa correspondente, regularidade fiscal e trabalhista, quando exigível, e ausência de pendências contratuais impeditivas.

8.3. Caso a contratação seja pactuada por preço global, o pagamento poderá ser realizado em parcelas vinculadas à entrega das etapas, conforme definido no edital e contrato.

8.4. Sugere-se, para melhor controle da execução, a seguinte distribuição percentual, podendo ser ajustada pela Administração:

Etapa	Percentual sugerida
Após aprovação do edital de abertura e cronograma	20%
Após encerramento das inscrições e entrega das listas homologadas	20%
Após aplicação das provas	25%
Após divulgação do resultado preliminar e análise dos recursos	20%
Após entrega do resultado final, relatório final e banco de dados	15%

8.5. O valor de referência constante da proposta deverá ter preço fixo proposto para a realização dos serviços, incluindo despesas diretas e indiretas, transporte, alimentação, estadia, tributos, equipe técnica, sistemas, impressão, logística e demais custos relacionados à prestação dos serviços.

8.6. O valor final da contratação deverá decorrer da pesquisa de preços, julgamento do processo licitatório ou procedimento de contratação direta, conforme definido pela Administração, observados os arts. 23, 72, 74, 75 e demais dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações da contratada:

- a) executar integralmente o objeto contratado, com zelo, qualidade técnica, segurança, sigilo, eficiência e observância da legislação aplicável;
- b) elaborar minutas de editais, comunicados, avisos, convocações, gabaritos, resultados e demais documentos necessários;
- c) disponibilizar sistema eletrônico de inscrições e recursos;
- d) manter suporte aos candidatos durante o período de inscrições e recursos;
- e) elaborar provas por banca técnica especializada;
- f) garantir sigilo absoluto das provas e gabaritos;
- g) imprimir, acondicionar, lacrar e transportar as provas com segurança;
- h) organizar a aplicação das provas;
- i) disponibilizar coordenadores, fiscais, aplicadores e equipe de apoio;
- j) corrigir as provas e processar os resultados;
- k) analisar e responder recursos administrativos de forma fundamentada;
- l) emitir relatórios por fase;
- m) entregar banco de dados final dos candidatos;
- n) fornecer subsídios técnicos em impugnações, recomendações de órgãos de controle, recursos administrativos e demandas judiciais relacionadas ao certame;
- o) manter a Administração informada sobre o andamento dos serviços;
- p) preservar documentos, provas, cartões-resposta, listas e registros pelo prazo legal ou pelo prazo determinado pela Administração;
- q) observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- r) adotar medidas de segurança da informação;

- s) responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;
- t) corrigir falhas, inconsistências ou erros sob sua responsabilidade, sem ônus adicional;
- u) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- v) não transferir a terceiros a execução do objeto sem autorização expressa da Administração;
- w) indicar preposto responsável pela comunicação com a Prefeitura.

9.2. A contratada deverá tratar os dados pessoais dos candidatos exclusivamente para a finalidade de execução dos certames, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização previstos na LGPD.

9.3. A contratada deverá garantir acessibilidade e atendimento adequado aos candidatos com deficiência, observando as regras constitucionais de reserva de vagas, igualdade material e adaptações razoáveis, quando aplicáveis.

9.4. A contratada deverá manter independência técnica na elaboração e correção das provas, vedada qualquer interferência indevida, favorecimento, direcionamento ou quebra de isonomia.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da contratante:

- a) fornecer à contratada todas as informações necessárias à execução do objeto;
- b) indicar cargos, requisitos, atribuições, cargas horárias, vencimentos, número de vagas ou cadastro reserva;
- c) aprovar o cronograma de execução;
- d) analisar e aprovar as minutas de edital e demais atos;
- e) instituir Comissão Organizadora ou responsável administrativo pelo acompanhamento dos certames;
- f) providenciar as publicações oficiais exigidas;
- g) indicar e disponibilizar locais adequados para aplicação das provas, quando necessário;

- h) fornecer apoio institucional e logístico nos dias de prova, quando pactuado;
- i) fiscalizar a execução contratual;
- j) atestar os serviços executados;
- k) efetuar os pagamentos devidos, conforme contrato;
- l) decidir sobre homologação dos certames;
- m) realizar convocações, nomeações, contratações, posses ou admissões dos candidatos aprovados, quando cabíveis;
- n) observar a ordem de classificação e legislação aplicável;
- o) preservar documentos oficiais do certame;
- p) colaborar com informações necessárias à defesa administrativa ou judicial do certame.

10.2. A Prefeitura Municipal permanecerá responsável pelas decisões administrativas finais relacionadas ao certame, inclusive autorização de abertura, definição de vagas, homologação, convocação, nomeação, contratação e posse.

10.3. A contratante deverá atuar como controladora dos dados pessoais, quando aplicável, e a contratada como operadora, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, salvo disposição diversa em instrumento próprio.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O contrato terá vigência de 12 meses, contados da data de sua assinatura.

11.2. A vigência poderá ser prorrogada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrado o interesse público, a vantajosidade, a necessidade de conclusão dos certames ou de atos remanescentes e a regularidade da execução contratual.

11.3. A vigência contratual deverá abranger tempo suficiente para planejamento, publicação dos editais, inscrições, aplicação das provas, recursos, divulgação de resultados, homologação e entrega final dos documentos.

12. DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

12.1. Fica indicado como Gestora do Contrato:

Andréia Aparecida Pimenta – Chefe de Gestão de Pessoas

12.2. Fica indicado como Fiscal do Contrato:

Eduardo Silva Bedo – Assessor de Recursos Humanos

12.3. Compete ao gestor do contrato coordenar a execução administrativa, acompanhar prazos, solicitar providências, validar etapas, comunicar a autoridade competente e zelar pelo cumprimento do objeto.

12.4. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução técnica e operacional dos serviços, conferir entregas, registrar ocorrências, exigir correções, atestar notas fiscais quando cabível e informar eventual descumprimento contratual.

12.5. A atuação do gestor e do fiscal deverá observar a segregação de funções, a formalização dos atos, a rastreabilidade das decisões e os princípios da Lei nº 14.133/2021.

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. A contratação deverá observar, especialmente:

- a) Constituição Federal de 1988, arts. 5º e 37, caput, incisos I, II, VIII e XXI, que asseguram os princípios da Administração Pública, a regra do concurso público e a acessibilidade aos cargos públicos;
- b) Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios do art. 5º e as normas relativas ao planejamento, termo de referência, pesquisa de preços, julgamento, contratação direta ou licitação, gestão e fiscalização contratual;
- c) Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente quanto ao controle de despesa com pessoal e planejamento responsável;
- d) Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, considerando o tratamento de dados pessoais e eventualmente sensíveis de candidatos;
- e) Lei Federal nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, quanto à publicidade, transparência e acesso a informações públicas, resguardados dados pessoais protegidos;
- f) Lei Federal nº 10.098/2000 e Decreto Federal nº 5.296/2004, quanto à acessibilidade;
- g) legislação municipal que disciplina o quadro de pessoal, cargos, empregos, funções, contratações temporárias, regime jurídico, vencimentos, atribuições e requisitos;
- h) normas dos conselhos profissionais, quando o cargo exigir registro específico;

i) edital do certame, que constituirá a lei interna do Processo Seletivo Público e do Concurso Público.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. A execução do objeto envolverá tratamento de dados pessoais dos candidatos, tais como nome, CPF, RG, endereço, telefone, e-mail, data de nascimento, escolaridade, informações de pagamento, dados de inscrição e, quando necessário, laudos médicos ou documentos relacionados à condição de pessoa com deficiência ou atendimento especial.

14.2. A contratada deverá tratar os dados pessoais exclusivamente para execução dos certames, vedado o uso para finalidade diversa, comercial, promocional ou incompatível com o objeto contratado.

14.3. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, comunicação indevida ou tratamento inadequado.

14.4. Ao final da execução contratual, a contratada deverá entregar à Prefeitura Municipal os bancos de dados e documentos necessários, mantendo ou eliminando cópias conforme orientação da contratante, legislação aplicável e prazos de guarda exigidos pelos órgãos de controle.

15. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA SUGERIDA

15.1. Para assegurar a adequada execução do objeto, recomenda-se exigir da contratada:

- a) comprovação de experiência anterior na organização de concursos públicos ou processos seletivos públicos;
- b) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- c) comprovação de equipe técnica compatível com o objeto;
- d) sistema eletrônico de inscrições e recursos;
- e) capacidade de elaboração, impressão, guarda, transporte, aplicação e correção de provas;
- f) estrutura para atendimento aos candidatos;
- g) mecanismos de segurança e sigilo;
- h) regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

15.2. As exigências de habilitação deverão ser proporcionais ao objeto, evitando restrições indevidas à competitividade.

16. DA MATRIZ DE RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

16.1. Considerando a relevância do objeto, deverão ser observados os seguintes riscos e medidas preventivas:

Risco	Medida Preventiva
Impugnação do Edital	Revisão jurídica e técnica previa
Inscrições com Inconsistências	Sistema eletrônico validado e suporte aos candidatos
Quebra de Sigilo das Provas	Ambiente seguro, equipe restrita, lacres e rastreabilidade
Questões com Erro ou Ambiguidade	Banca técnica, revisão e análise critica
Falha na Aplicação das Provas	Treinamento de fiscais e plano de contingencia
Recursos em Massa	Respostas técnicas fundamentadas
Vazamento de Dados Pessoais	Medidas de segurança e clausulas de LGPD
Judicialização	Documentação completa, publicidade, isonomia e apoio técnico
Atraso no Cronograma	Cronograma realista e acompanhamento pelo gestor/fiscal
Invalidação de Etapa	Previsão de responsabilidade da contratada quando houver culpa

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Processo Seletivo Público e o Concurso Público deverão observar os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, julgamento objetivo, segurança jurídica, motivação e transparência.

17.2. A contratada deverá atuar com independência técnica e responsabilidade profissional, garantindo que todas as etapas sejam conduzidas de forma segura, imparcial e documentada.

17.3. As informações constantes do Anexo I, especialmente atribuições, cargas horárias, requisitos e forma de contratação, integram este Termo de Referência e deverão ser observadas na elaboração dos editais dos certames.

17.4. A minuta do edital de abertura deverá ser submetida à análise da Administração antes de sua publicação.

17.5. A homologação final dos certames será ato privativo da autoridade competente da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista/SP.

ANEXO X - ATRIBUIÇÕES, CARGA HORÁRIA E REQUISITOS DOS CARGOS

Integra este Termo de Referência o Anexo X apresentado pela Administração, contendo as atribuições, cargas horárias, requisitos e forma de contratação dos cargos previstos para o Processo Seletivo Público e Concurso Público.

Patrocínio Paulista/SP, 22 de junho de 2026.

Andréia Aparecida Pimenta
Chefe de Gestão de Pessoas

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2026, junto ao Município de Patrocínio Paulista, que a empresainscrita no CNPJ sob nº....., se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, com alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 20/98 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos), ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO É CONSIDERADA INIDÔNEA

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2026, junto ao Município de Patrocínio Paulista, que a empresainscrita no CNPJ sob nº....., até a presente data não recebeu deste ou de qualquer outro órgão da administração pública direta ou indireta, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA, de participação em licitações e/ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE, para licitar ou contratar com a administração pública federal, estadual ou municipal e do Distrito Federal, não havendo assim FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO da mesma, ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

MODELO PROPOSTA DETALHADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.156/2026

DADOS DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO COMPLETO: TELEFONE: E-MAIL INSTITUCIONAL:

Lote	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
VALOR TOTAL					R\$ (...)

VALOR GLOBAL: R\$(.....)

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de entrega: conforme edital.

Prazo para pagamento: conforme edital.

Todos os custos decorrentes da entrega correm por conta da contratada.

DADOS BANCÁRIOS DE ACORDO COM CNPJ DA EMPRESA:

BANCO Nº Nº DA AGÊNCIA Nº DA CONTA CORRENTE:

NOME DO RESPONSÁVEL PARA ASSINAR CONTRATO/CARGO

RG: CPF:

E-mail institucional: E-mail pessoal:

Data de Nascimento:

Endereço: Telefone:

Declaramos nossa inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e às cláusulas e condições do respectivo Edital que trata a presente proposta; que observaremos, integralmente e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Atenciosamente,

(Assinatura do representante legal da licitante e seu carimbo de, C.N.P.J. **obrigatório**)

Observação: A licitante arrematante terá o prazo de 2 (duas) horas a partir do encerramento da etapa de lances para apresentar proposta de preços detalhada conforme Anexo IV – Modelo de Proposta.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2026, junto ao Município de Patrocínio Paulista, que a empresainscrita no CNPJ sob nº....., cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei. Declaramos, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal

ANEXO VI

**MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Eu,(nome)....., representante legal da firma
....., interessada em participar do Processo Licitatório na
modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2026, da Prefeitura Municipal de Patrocínio
Paulista/SP, **DECLARO**, SOB AS PENAS DA LEI, que, nos termos do inciso VII do artigo
4.º da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, a firma acima descrita cumpre plenamente todos
os requisitos de habilitação para o presente Pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, nome completo, nacionalidade, estado civil, (Proprietário ou Representante), portador da carteira de identidade nº, inscrito no CPF nº, DECLARO, sob as penas da lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados são autênticos e condizem com o documento original.

Por ser verdade firmo o presente instrumento.

Local, mês, 2026.

Nome

ANEXO VIII

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA E A EMPRESA, CUJO OBJETO É: **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO E PROCESSAMENTO DE RESULTADOS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E CONCURSO PÚBLICO.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO DAS PARTES, DO FUNDAMENTO E OBJETO DO CONTRATO

DAS PARTES - CONTRATANTE - A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Mário Marcelo Carraro Bertelli, portador do RG: 47.686.278 SSP/SP e CPF: 387.998.028-48, doravante denominada simplesmente “PREFEITURA”, CNPJ/MF n.º 45.318.185/0001-15, e do outro lado, a empresa, com sede à Rua/Pça/Av., n.º, Bairro, Cep:, Município de, E-mail:, Telefone:, inscrita no C.NPJ/MF sob o n.º, Inscrição Estadual n.º, doravante denominada simplesmente “CONTRATADA”, neste ato representada em conformidade com o Contrato Social, de comum acordo resolvem firmar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

DO FUNDAMENTO - Este Contrato decorre da autorização do Senhor Prefeito Municipal, adotada com fundamento na Lei 14.133/21 e suas alterações, Lei Federal n.º 10.520/02 de 17/07/2002, Lei 123/06, **Processo Administrativo nº 1.156/2026 e Pregão Eletrônico nº 33/2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

2.1 O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESA - ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, APTOS A SE BENEFICIAREM DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ESTABELECIDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 147/2014, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO, APLICAÇÃO, CORREÇÃO E PROCESSAMENTO DE RESULTADOS DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E CONCURSO PÚBLICO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.1.1 Objeto da contratação:

Lote 01				
Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário (R\$)
01	(...)	(...)	(...)	(...)
VALOR TOTAL				R\$ (...)

2.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1 O Termo de Referência;
- 2.2.2 O Edital da Licitação;
- 2.2.3 A Proposta do contratado;
- 2.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde comprovada a conveniência.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1 O valor global da contratação é de R\$ (.....)

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1 O pagamento será realizado até o 20º (vigésimo) dia útil, do mês subsequente a prestação do serviço, após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser enviada para o e-mail recebimento@patrocinio paulista.sp.gov.br, devidamente validado pela gestora do contrato, a senhora **Andréia Aparecida Pimenta, Chefe de Gestão de Pessoas**. Juntamente com a nota fiscal a Contratada deverá apresentar ainda planilha assinada pelo fiscal do contrato, o senhor **Eduardo Silva Bedo, Assessor de Recursos Humanos**, na qual fique comprovada a execução do serviço prestado, e ainda, prova de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, dessa forma, demonstrando estar mantendo as condições de habilitação, e o cumprimento da legislação de regência, conforme declaração apresentada no certame. A nota fiscal deve conter na sua descrição o número do contrato, do processo licitatório e da conta bancária, sob pena de não recebimento da nota na ausência de quaisquer dessas informações. Nesta hipótese, caso necessária a modificação do documento fiscal, eventuais despesas decorrentes desta substituição serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

7.2 A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Prefeitura do Município de Patrocínio Paulista, CNPJ n.º 45.318.185/0001-15;

7.3 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento (que são os mesmos documentos exigidos na licitação) por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

7.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Dados bancários de acordo com CNPJ da empresa:

Banco:

Agência:

Conta corrente

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

A CONTRATADA se obriga a:

8.1 Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

8.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 8.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 8.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 8.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.17 Cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (“Lei Federal nº 13.709/2018”), no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.

A CONTRATANTE se obriga a:

- 8.18 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 8.19 Acompanhar direta e indiretamente a qualidade dos materiais entregues, verificando o atendimento às especificações e demais normas técnicas.
- 8.20 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.21 Atestar as faturas/notas fiscais;
- 8.22 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos
- 8.23 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 8.24 Decidir, na condição de controlador, quaisquer questões referentes ao tratamento de dados pessoais que surgirem no decorrer deste contrato, no âmbito da Lei Federal 13.709, de 14 agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DOS BENS/SERVIÇOS ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

9.2 A empresa deverá garantir a execução integral e minuciosa de todas as obrigações, especificações, condições, requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), responsabilizando-se pela qualidade, segurança, eficiência e regularidade dos serviços prestados, observando a legislação aplicável, bem como assegurando o cumprimento de todas as exigências relacionadas à confidencialidade, acessibilidade, atendimento aos candidatos, segurança das informações, imparcialidade, responsabilidade técnica e demais disposições previstas no instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, de modo concomitante ou não, as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II-Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III-Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas

alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV- **Multa:** moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

V- **Multa compensatória:** de até 10% (dez por cento) por inexecução parcial ou total do objeto para qualquer atraso superior a 5 (cinco) dias, que prejudique a prestação do serviço público, ficando a Administração autorizada a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

5.1 Considera-se extinto o contrato quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.5 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.6.3 Indenizações e multas.

11.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.02.01 – Departamento Administrativo

04.122.0004.2032.0000 – Manutenção da Gestão Pública e Planejamento

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

110.000

Ficha nº 36

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES, DO GESTOR E FISCAL

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.4 Fica designado a senhora **Andréia Aparecida Pimenta, Chefe de Gestão de Pessoas**, com gestora do contrato, sendo ela responsável a dirimir quaisquer questões que possam surgir durante a vigência deste Termo. O senhor **Eduardo Silva Bedo, Assessor de Recursos Humanos**, como fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 O Licitante Vencedor se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

- a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução deste objeto;
- b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se pelo tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

17.2 Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

- a) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) As informações sobre os titulares envolvidos;
- c) A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) Os riscos relacionados ao incidente;
- e) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- f) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

17.3 O Licitante Vencedor deverá demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

17.4 Parágrafo terceiro: Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

17.5 O Licitante Vencedor deverá armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

17.6 O Licitante Vencedor deverá apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

17.7 O Licitante Vencedor deverá anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual.

17.8 O Licitante Vencedor não poderá compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

17.9 O Licitante ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas à Ata de Registro de Preços, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

17.10 As partes obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao contrato.

17.11 No âmbito deste contrato, a qualificação das partes enquanto agentes de tratamento de dados pessoais respeitará os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de modo que a CONTRATADA, quando atuar conforme as orientações estabelecidas pela CONTRATANTE, se qualifica como Operador de dados pessoais.

17.12 Prevalece sobre as disposições acima o contexto fático inerente à atividade de tratamento realizada por qualquer um dos contratantes, de modo que o tratamento de dados pessoais para finalidades que superem o contexto deste contrato será de responsabilidade da parte que lhe der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Patrocínio Paulista/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Patrocínio Paulista/SP, 00 de xxx de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO PAULISTA

Mário Marcelo Carraro Bertelli

Prefeito

CONTRATANTE

EMPRESA

Nome do Responsável

RG/CPF

CONTRATADA

TESTEMUNHA

1) _____ 2) _____

ANEXO IX

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Patrocínio Paulista/SP, 00 de xxx de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.